

## Governo lança programa para baratear os carros

### Governo amplia programa do carro e inclui caminhão

Vinte marcas contarão com desconto de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil; pessoa física terá prioridade

O governo lançou ontem o programa de R\$ 1,5 bilhão para baixar os preços de carros populares, caminhões e ônibus, segmentos que se queixam de dificuldade para ampliar as vendas diante do cenário de juros altos e queda do poder aquisitivo dos consumidores. O desconto para carros de passeio vai variar de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil e entre R\$ 33,6 mil e R\$ 99,4 mil para ônibus e caminhões.

As vendas de carros com desconto serão exclusivas para pessoas físicas nos primeiros 15 dias, prazo que pode ser prorrogado por até 60 dias. Depois disso, as empresas também poderão se beneficiar do programa.

O programa, inicialmente idealizado para reativar apenas a venda de veículos com preço até R\$ 120 mil, numa tentativa de resgate ao chamado "carro popular", foi reformulado para abranger caminhões e ônibus e dar uma "roupagem verde". Isso porque, no caso de ônibus e caminhões, veículos com mais de 20 anos terão de sair de circulação.



Linha da Fiat em Betim (MG); segundo Haddad, fim do programa será antecipado ao atingir custo de R\$ 1,5 bi

A proposta, segundo o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, é retirar modelos antigos de circulação. A expectativa do governo é de que a entrega de veículos velhos às sucatas

deverá trazer ganhos adicionais para a indústria. Como nos carros, haverá um período exclusivo de vendas com desconto para pessoas físicas, limitado a duas semanas.

No caso dos carros, explicou Alckmin, os descontos

serão concedidos com base em três critérios: social (preço mais baixo), ambiental (carros que poluem menos) e densidade industrial (predominância de geração de empregos na indústria brasileira e uso de peças nacionais). Ao todo, 20

marcas foram incluídas no programa. "O desconto mínimo será de 1,6%, o desconto máximo será de 11,6%", detalhou.

Ao lado de Alckmin, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que os descontos nos preços e na

forma de bônus serão concedidos até a demanda chegar ao limite máximo do custo do programa: R\$ 300 milhões para ônibus, R\$ 500 milhões para carros e R\$ 700 milhões para caminhões. (Estado Contínua)

#### RESPONSABILIDADE FISCAL



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, descartou a possibilidade de estender o programa caso a demanda por carros, caminhões e ônibus supere o R\$ 1,5 bilhão previsto em créditos tributários para a medida. Segundo ele, quando atingir o limite de R\$ 1,5 bilhão, o programa será encerrado. "A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) não permite abrir um programa sem um teto para a renúncia fiscal, que precisa ser compensada. Além disso, se o teto do programa automotivo for atingido, significa que indústria vendeu muito". O ministro destacou, porém, que o programa terá os primeiros 15 dias de exclusividade de descontos para pessoas físicas, evitando que grandes empresas de transporte levem a maior parte do desconto antes que os autônomos. "Se demanda de autônomos for maior, esses 15 dias podem inclusive ser prorrogados". Já o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, garantiu que os créditos tributários repassados à indústria automotiva abaterão os preços dos veículos nas concessionárias. Segundo ele, o programa já conta com 20 marcas de automóveis passíveis de descontos. "Acreditamos que o desconto para os consumidores será até maior que o crédito, porque as fábricas competirão entre si".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia Caderno: B Pagina: 1